

A light green map of Brazil is centered on the page. Overlaid on the map is a large yellow smiley face with two dots for eyes and a curved line for a mouth. The text is positioned in the center of the map, over the smiley face.

Educação em Direitos Humanos na Educação Básica

A light green map of the state of Maranhão, Brazil, is centered on the page. Overlaid on the map is a large, stylized yellow smiley face with two circular eyes and a wide, curved mouth.

Universidade Federal do Maranhão Reitor

Prof. Dr. Fernando Antônio Guimarães Ramos

Vice-Reitor

Prof. Msc. José Américo da Costa Barroqueiro

Pró-Reitora de Extensão

Prof^a Dr^a Maria Teresa Seabra Soares de Brito e Alves

Coordenação do Projeto Educação em Direitos Humanos

Prof^a Dr^a Cândida da Costa

Elaboração do Texto

Solar Consultoria

Revisão

Prof^a Dr^a Cândida da Costa

APRESENTAÇÃO

O Projeto de Educação em Direitos Humanos está sendo executado pela UFMA, através do Departamento de Serviço Social e da PROEX. Seus propósitos são: fortalecer o Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos e capacitar agentes e operadores da educação básica para incorporarem em sua prática novos elementos metodológicos que apoiem a abordagem dos temas ligados aos direitos humanos.

A idéia central é a de que Direitos Humanos são uma forma de ver a vida, gerando uma prática respeitadora dos direitos do outro, construída necessariamente na tolerância, na convivência, nos ambientes da família, da moradia, do trabalho e da vida pública.

Esta cartilha é um instrumento do projeto a ser utilizado nas oficinas de capacitação e posteriormente nos espaços dos sujeitos da educação, como instrumento dirigido às escolas e aos municípios para implementação de políticas de direitos humanos. Não tem a pretensão de esgotar os assuntos, mas de abrir os horizontes da investigação e do estudo.

Um dos componentes da cartilha é a sugestão de conteúdos e dinâmicas acerca das diferentes dimensões dos direitos humanos e dos temas transversais, como ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural. A transversalidade consiste na abordagem de temas que não se incluem integralmente em uma única disciplina, mas perpassam todas.

Este material pode ser aplicado junto a diferentes públicos, com as devidas adaptações conforme a percepção do educador sobre a realidade vivida por cada grupo, bem como suas características próprias. Confiamos de que cada educador(a) transformará seu compromisso com os direitos humanos em atitudes e gestos concretos no seu espaço de atuação, disseminando valores e provocando outros olhares e práticas sobre o exercício dos direitos por todas as pessoas.

Bom proveito!

A coordenação do Projeto

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Versão Popular de Frei Betto

Todos nascemos livres e somos iguais em dignidade e direitos.
Todos temos direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal e social.
Todos temos direito de resguardar a casa, a família e a honra.
Todos temos direito ao trabalho digno e bem remunerado.
Todos temos direito ao descanso, ao lazer e às férias.
Todos temos direito à saúde e assistência médica e hospitalar.
Todos temos direito à instrução, à escola, à arte e à cultura.
Todos temos direito ao amparo social na infância e na velhice.
Todos temos direito à organização popular, sindical e política.
Todos temos direito de eleger e ser eleito às funções de governo.
Todos temos direito à informação verdadeira e correta.
Todos temos direito de ir e vir, mudar de cidade, de Estado ou país.
Todos temos direito de não sofrer nenhum tipo de discriminação.
Ninguém pode ser torturado ou linchado.
Todos somos iguais perante a lei.
Ninguém pode ser arbitrariamente preso ou privado do direito de defesa.
Toda pessoa é inocente até que a justiça, baseada na lei, prove o contrário.
Todos temos liberdade de pensar, de nos manifestar, de nos reunir e de crer.
Todos temos direito ao amor e aos frutos do amor.
Todos temos o dever de respeitar e proteger os direitos da comunidade.
Todos temos o dever de lutar pela conquista e ampliação destes direitos.

TODOS E TODAS TEMOS DIREITOS HUMANOS

Os direitos humanos são princípios internacionais que servem para proteger, garantir e respeitar cada ser humano.

Sua realização deve assegurar a todas as pessoas uma vida com dignidade.

A luta contra a opressão, pela liberdade e pela vida fez surgir a concepção dos direitos humanos.

As autoridades públicas são responsáveis pela efetivação dos direitos humanos.

O Brasil assinou muitos documentos se comprometendo a respeitar, garantir e proteger os direitos humanos. Nossa Constituição Federal estabelece muitos desses direitos.

Podemos e devemos cobrar dos governantes o dever de zelar por uma sociedade justa e sem exploração.

O povo tem poder legítimo de exigir do Estado o cumprimento dos direitos humanos.

VAMOS SABER QUAIS SÃO ESSES DIREITOS

Antes de mais nada, é importante saber que a vida é um direito humano do qual ninguém pode ser privado. Mas a garantia à saúde, educação, salário justo e moradia também são. Ninguém vive em condições dignas sem alimentação, vestuário, moradia, trabalho, previdência, participação política e tudo o mais. Isto quer dizer que os direitos humanos não podem ser divididos, mesmo escritos em separado. Eles dependem uns dos outros. Valem para todas as pessoas do mundo. São universais.

Direitos civis - o direito a igualdade perante a lei; o direito a um julgamento justo; o direito de ir e vir; o direito à liberdade de opinião; entre outros.

Direitos políticos - o direito à liberdade de reunião; o direito de associação; o direito de votar e de ser votado; o direito de pertencer a um partido político; o direito de participar de um movimento social, entre outros.

Direitos sociais - o direito à previdência social; o direito ao atendimento à saúde e tantos outros direitos neste sentido.

Direitos culturais - o direito à educação; o direito de participar da vida cultural; o direito ao progresso científico e tecnológico; o direito à informação; entre outros.

Direitos econômicos - o direito à moradia; o direito ao trabalho; o direito à terra; o direito às leis trabalhistas e outros.

Direitos ambientais - os direitos de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente, utilizando recursos naturais sustentáveis.

Esses direitos são chamados de fundamentais porque são os mais importantes. Eles são a base de toda e qualquer sociedade que se pretenda justa e igualitária.

TODOS E TODAS SOMOS EDUCADORES E EDUCADORAS

Há muitas formas de se lutar pela afirmação dos direitos humanos. Em nosso ambiente familiar, comunitário, e de trabalho temos muitas oportunidades de vivenciar o respeito aos direitos.

Em nossas experiências podemos identificar também muitos momentos em que contribuimos para que outras pessoas percebam que são portadoras de direitos.

Anote algumas situações em que você percebeu que os direitos das pessoas não foram respeitados:

Anote as atitudes que você tomou diante dessas situações:

Anote algumas situações em que você percebeu que os seus direitos não foram respeitados:

Como você reagiu diante dessas situações?

Estas experiências podem nos trazer várias pistas sobre como podemos agir para garantir os direitos humanos.

É possível perceber que garantir os direitos humanos é algo que faz parte da vida de todos(as) nós?

Na sua experiência profissional e militante, o que você pode destacar como momentos em que você se sentiu como um(a) educador(a) em direitos humanos? Fale um pouco do que se passa na sala de aula, na sua comunidade, na sua família...



A educação em direitos humanos pode ser construída em muitos espaços e por muitas pessoas. Algumas podem assumir uma tarefa mais ousada e ser multiplicadores(as), despertando outras pessoas para essa idéia de que direitos humanos se faz toda hora e em todo lugar.

Essa idéia também tem a ver com um lado muito negativo, que é a violação dos direitos humanos. A violação tem muitas caras e muitos autores(as). Acontece no espaço público e no espaço privado. E, muitas vezes, fica coberta por um manto de silêncio e de impunidade.

Anote algumas situações de violação dos direitos humanos que você acha que ficam escondidas:

Quanto mais aprendemos sobre os direitos humanos mais nos preparamos para vivenciá-los em nosso dia a dia. Aprendemos a nos indignar com cada violação. Aprendemos a comemorar cada conquista.

Pense um pouco e anote algumas idéias sobre o que cada pessoa precisa aprender para compreender e vivenciar os direitos humanos:

COMO APRENDEMOS

Parece que um grande desafio para a afirmação dos direitos humanos é que todas as pessoas possam estar conscientes de que possuem esses direitos e que descubram os caminhos para garantir o respeito a cada um deles.

Colocamo-nos então diante da grande questão: como aprendemos?

Se partirmos da concepção de que o aprendizado tem a ver com as necessidades que os seres humanos têm para lidar com as situações cotidianas, vamos perceber que existem muitas formas para se aprender. As vivências, as trocas de informações, a observação direta...

No entanto, toda aprendizagem depende do contexto cultural em que estamos inseridos(as). Em algumas circunstâncias, as pessoas podem sentir que estão sendo agredidas e em outras não. Alguns direitos são considerados por certa comunidade enquanto outras não os consideram assim.

Colocar-nos diante dos diversos contextos culturais pode nos ajudar a construir abordagens sobre os direitos humanos que possam envolver as pessoas na reflexão sobre como agem para fazer valer sua dignidade.

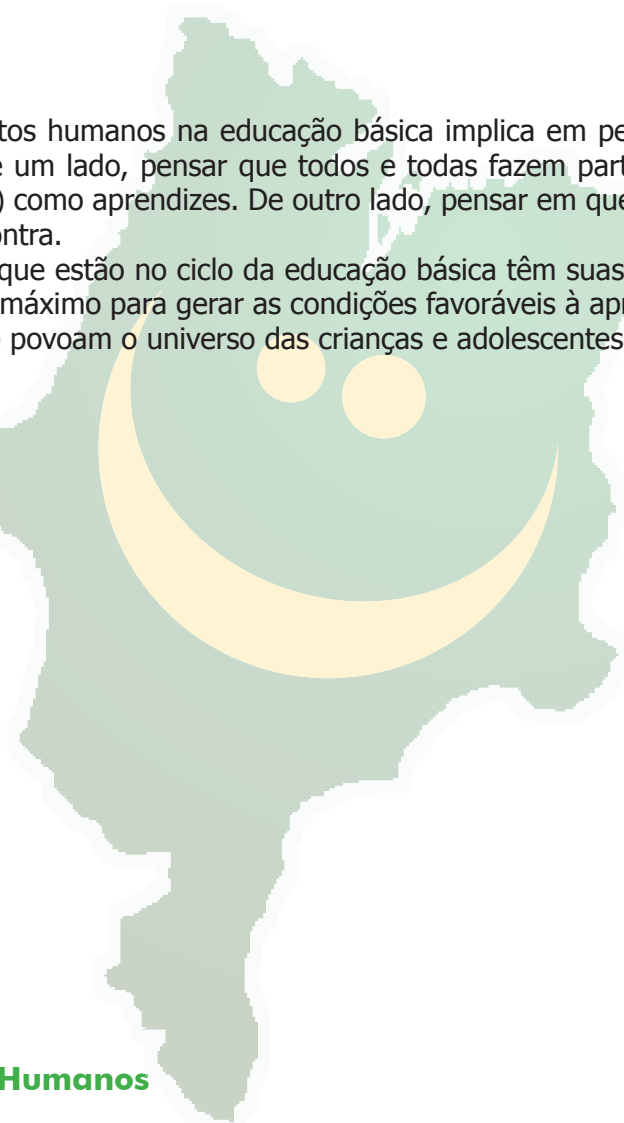
Outra dimensão importante para a aprendizagem é a promoção dos espaços coletivos, nos quais as pessoas compartilhem suas vivências e possam se reconhecer na trajetória das outras pessoas.

A aprendizagem em direitos humanos tem um duplo sentido: cada pessoa descobrir-se a si mesma e todas as pessoas desenvolverem formas de convivência entre si. Ou seja, aprender a ser e a conviver.

Falar de educação em direitos humanos na educação básica implica em pensar nos sujeitos desse processo de aprendizagem. De um lado, pensar que todos e todas fazem parte desse processo, uns como educadores(as) e outros(as) como aprendizes. De outro lado, pensar em que estágio do desenvolvimento pessoal cada um(a) se encontra.

As crianças e adolescentes que estão no ciclo da educação básica têm suas próprias características. Elas podem ser aproveitadas ao máximo para gerar as condições favoráveis à aprendizagem. Podemos pensar em algumas dimensões que povoam o universo das crianças e adolescentes:

- Auto-estima
- Auto-imagem
- Expressividade
- Sensualidade
- Corporalidade
- Defesas
- Esperanças
- Medos
- Projetos de vida
- Solidariedade
- Ludicidade
- Festa
- Sonhos



Anote também algumas idéias sobre que tipo de pessoa queremos ter ao final do ciclo da educação básica:



SER EDUCADOR EM DIREITOS HUMANOS¹

Que educador(a) é capaz de apoiar a educação em direitos humanos? Esta questão nos leva a pensar sobre a função social do(a) educador(a).

Se levamos em conta que todo processo de educação é voltado para uma mudança, o(a) educador(a) carrega em si um dom de abrir portas e expandir horizontes. Ele(a) olha para sua própria realidade para desvendar seus mistérios e poder construir as formas de sua plena realização nesse contexto. Seu desafio é estender essa reflexão para os ambientes de aprendizagem. A educação torna-se assim um espaço para a produção do conhecimento e para o exercício da cidadania, entendida como engajamento no processo de transformação de si e do mundo.

A função social do(a) educador(a) é ser um(a) agente de transformação, facilitando a movimentação de cada educando(a) e dos grupos em direção à mudança dos contextos. Na condição de facilitador(a), o(a) educador(a) apóia a descoberta de caminhos para o desenvolvimento de cada pessoa, para gerar as condições de autonomia e de realização pessoal e social.

A ação do(a) educador(a) tem limites que precisam ser reconhecidos e valorizados como áreas de aprendizagem. Seus sonhos, suas posturas, suas convicções estão sempre presentes e a sua abertura para a interação com as outras pessoas é o que pode gerar uma reconstrução permanente de conhecimentos e de engajamentos de todos(as) na criação do mundo.

O(a) educador(a) é uma pessoa que carrega uma formação social atravessada pelos preconceitos presentes na sociedade, pelos elementos que dificultam a plena realização dos direitos humanos e esta situação também precisa ser enfrentada quando se propõe a ser um(a) educador(a) em direitos humanos. Ou seja, confrontar-se com os próprios limites que a sociedade impôs a cada um de nós.

Ser um(a) agente de transformação é tomar parte de um amplo movimento no qual as pessoas assumem seus desejos e seus compromissos. É compartilhar, sempre.

¹ Adaptado do livro “Aprendendo a ser e a conviver”, da Fundação Odebrecht.

O TRABALHO COM GRUPOS²

A dimensão coletiva da educação está sempre em evidência na escola. As pessoas vivem em turmas e em grupos. O trabalho do(a) educador(a) com grupos pode levar em conta alguns princípios relativos à interação entre os seres humanos.

PRINCÍPIOS

1. Os limites como possibilidade de convivência, a partir de regras básicas de funcionamento grupal. Em algumas experiências, esse princípio se materializa num Acordo de Convivência Ética no qual estão bem delimitados os papéis, as formas de expressão, o respeito à participação de todos(as)...;
2. O respeito mútuo entre as pessoas, considerando sua individualidade, suas escolhas e seus sentimentos. Os ritmos diferenciados contribuindo para a criação de um ritmo do grupo;
3. O vínculo afetivo como relação que se constrói entre as pessoas na convivência grupal, permitindo a expressão das opiniões e dos sentimentos;
4. A confiança na capacidade e no processo grupal, na medida em que as experiências e os conhecimentos vão se revelando e gerando um novo saber. O grupo entendido como um rio que tem força e vida próprias.

² Adaptado do livro “Aprendendo a ser e a conviver”, da Fundação Odebrecht.

O PROCESSO FORMATIVO EM DIREITOS HUMANOS

Uma proposta de processo formativo para a educação em direitos humanos na educação básica pode considerar o seguinte roteiro:

tema gerador → eixos temáticos → percurso formativo → atividades

Exemplos de temas geradores e eixos temáticos

Tema gerador	Eixos temáticos
Convivência com as diferenças	<ul style="list-style-type: none">- Justiça- Solidariedade- Cidadania
Direitos Humanos: educação, inclusão e cidadania.	<ul style="list-style-type: none">- Direitos e deveres- Discriminações: identidade de gêneros, raça e etnia, religião, pessoas com deficiência
Dignidade Humana.	<ul style="list-style-type: none">- Viver com dignidade: nascimento, infância, juventude, adolescência, vida adulta e envelhecimento;- Condições para a dignidade: alimentação, moradia, educação, saúde, segurança, trabalho, lazer, assistência social- Relações com dignidade: tolerância, raça, etnia, gênero, geração, orientação sexual, deficiência e religião.

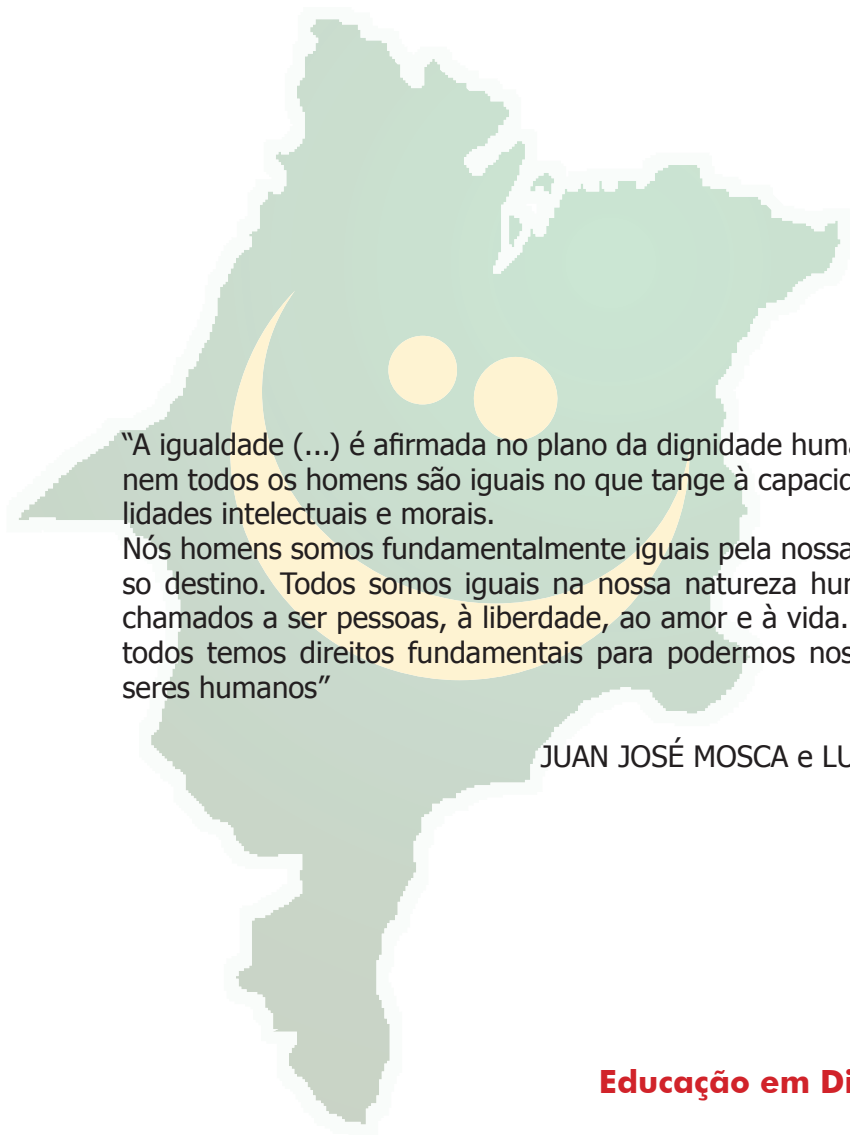
Sugestões de percurso:

Curso modular em formação continuada para gestores, supervisores e professores da rede pública de educação.

1. Diagnosticar as carências da comunidade;
2. Buscar as causas e conseqüências das carências;
3. Buscar a elaboração e a implantação de políticas públicas.

Sugestões de atividade:

- Oficinas pedagógicas como método
- Investigação da realidade
- Elaboração coletiva de alternativas
- Projetos coletivos de intervenção
- Jornadas de estudo



“A igualdade (...) é afirmada no plano da dignidade humana. É evidente que nem todos os homens são iguais no que tange à capacidade física e às qualidades intelectuais e morais.

Nós homens somos fundamentalmente iguais pela nossa origem e pelo nosso destino. Todos somos iguais na nossa natureza humana: todos somos chamados a ser pessoas, à liberdade, ao amor e à vida. Isto quer dizer que todos temos direitos fundamentais para podermos nos desenvolver como seres humanos”

JUAN JOSÉ MOSCA e LUIS PÉREZ AGUIRRE



ATIVIDADES E DINÂMICAS³

TEMA: DIREITO À IGUALDADE (artigos 1, 2 e 28 da Declaração Universal dos Direitos Humanos)

A dinâmica que ora se propõe deve ser realizada numa sala de aula decorada com cartazes que contenham trechos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O professor convida os alunos a escrever em um papel os direitos que cada qual crê possuir, distinguindo quais lhes são reconhecidos sem objeção e quais não lhes são reconhecidos (ou o são, mas com grande dificuldade).

Em seguida, os alunos devem anotar os direitos dos outros que lhes custam aceitar e reconhecer.

Em terceiro lugar, anotarão os direitos que são violados com maior frequência no Brasil.

Formam-se pequenos grupos, nos quais se trocam impressões e opiniões; sugere-se que façam comentários espontâneos entre si, podendo incentivá-los com as seguintes questões:

- Por que uns direitos são reconhecidos e outros não?
- Por que somos tão reticentes em admitir os direitos dos outros, mas tão diligentes para reclamar os nossos próprios direitos?
- Por que, ainda que a ONU tenha proclamado os direitos humanos e muitos países tenham assinado o Tratado, eles não são reconhecidos na prática?
- Quais são os direitos fundamentais, os básicos, para toda pessoa?
- Como é vista a situação do nosso país, no respeito dos direitos humanos?
- Quais seriam as tarefas a realizar, a fim de conseguirmos um avanço no reconhecimento dos direitos humanos, não apenas para alguns, mas para todos por igual?

³ Estas atividades e dinâmicas foram extraídas da cartilha “Educando para a democracia”, da Comissão Especial de Acompanhamento do Programa Estadual de Direitos Humanos de São Paulo.



TEMA: DIREITO À VIDA
(artigos 3, 5, 12 e 29 da Declaração Universal de Direitos Humanos)

O respeito à vida humana encontra-se fragilizado pela banalização da violência em nossa sociedade: mortes e outras violações à dignidade do ser humano aumentam em número e tornam-se cotidianas, passando a ser consideradas comuns.

- a) Analise os programas de TV que conhece e indique três que contribuam para condicionar as pessoas a reagir violentamente. Explique por quê.
- b) Conhece algum caso em que alguma pessoa agiu claramente influenciada pelos meios de comunicação?
- c) Você conhece algum caso de atuação coletiva violenta condicionada diretamente pelos meios de comunicação?
- d) Pegue um jornal da última semana e faça uma lista de manchetes violentas e manchetes que indicam paz, harmonia e solidariedade. Quais são as conclusões que você pode tirar?
- e) Tente explicar por que, apesar de ver, ler ou assistir programas violentos pelos meios de comunicação, nem todos atuam violentamente.
- f) Analise os seus comportamentos violentos nos últimos dias desta maneira:
 - Faça uma lista deles (pensamentos, palavras, gestos e ações);
 - Explique por que agiu dessa forma;
 - Reflita se havia outra forma de atuação melhor, ou se há mecanismos que podem ser aplicados para modificarem os seus comportamentos violentos.
- g) Indique três propagandas que exaltem a violência ou valores que com ela contribuem. Explique.
- h) Observe atentamente o seu meio (família, amigos, trabalho, bairro...) e indique as sementes de violência que ali existem.
- i) Qual você crê que deva ser o primeiro passo para acabar com a violência estrutural? Como você se comprometeria pessoalmente (ou como grupo) nesse passo?



TEMA: DIREITO À LIBERDADE

(artigos 4, 18, 19 e 20 da Declaração Universal dos Direitos Humanos)

Propõe-se atividade focada em um fato nacional que afete os interesses e as ideologias dominantes, representados pelos diversos jornais e revistas, cujos textos devem ser recortados e afixados em um mural. A seguir, explicar a manchete, os subtítulos e chamadas, a localização e extensão da notícia, seu conteúdo e as fotos correlatas. Atentar para as eventuais discrepâncias na apresentação da informação, elencando os desvios que possam ser detectados:

- Apresentação parcial de uma verdade;
- Sensacionalismo;
- Omissão, mistura de fatos e juízos de valor;
- Manipulação do passado;
- Vazios sugestivos, boatos sem base, enganos;
- Exemplos insuficientes;
- Generalização de fatos parciais;
- Desvio da atenção pública para algo irrelevante, etc.

Interessante refletir sobre a situação que vivemos em nosso país quanto à liberdade de opinião e o direito de receber informação e difundi-la. Todos os grupos da nossa sociedade, com o seu pensamento, suas necessidades e seus interesses estão representados na grande imprensa diária?



TEMA: DIREITO AO CONVÍVIO FAMILIAR
(artigo 16 da Declaração Universal de Direitos Humanos)

Esta atividade tem como objetivo possibilitar a análise da forma como se distribuem as atividades habitualmente realizadas em casa.

- a) Fazer uma lista de todas as atividades que supõem a condução de uma casa.
- b) Colocar ao lado de cada item da lista as pessoas que realizam ou participam dessa atividade.
- c) Realizar um comentário quanto ao observado, respondendo sucessivamente às perguntas:

- Quem realiza maior número de atividades?
- Por que isso ocorre assim?
- Está correto que isto esteja acontecendo?

d) Como descreveria as responsabilidades que você tem hoje para com a família?

e) Como é o diálogo com seus pais e irmãos?

f) Em quais aspectos da vida em família você não participa? E quais são as tarefas que não está disposto a assumir? Por quê?

g) Está a par das necessidades e dos problemas da família e de cada um dos membros desta pequena comunidade?

h) Ao terminar o comentário, pode-se propor passar ao ponto seguinte: além disso, cada integrante do lar pode fazer mais o quê?

i) Concluir, tratando de indicar juntos o que nos parece que contribui ou dificulta um convívio mais harmonioso e feliz.

A light green map of Brazil is centered on the page. Overlaid on the map is a large, stylized yellow smiley face with two dots for eyes and a wide, curved mouth. The text is positioned around the map.

TEMA: JUSTIÇA
(arts. 6 a 11 da Declaração Universal dos Direitos Humanos)

“Há dois dias, foi detido à porta de sua casa o filho de uma vizinha amiga. Foi levado embora e ninguém teve mais notícias dele, apesar de haver sido procurado. Esta vizinha veio muito aflita à minha casa e disse que não sabe por que prenderam seu filho e nem onde ele está. Pergunta-me, em seguida, quais são os direitos do seu filho detido. O que lhe respondo? Como posso ajudá-la?”

Elementos que devem ser levados em consideração para a discussão e que são direitos da pessoa detida:

- a) Direito a ser informada das razões de sua detenção e notificada, sem demora, de quem é acusada. (Art. 5º LXI)
- b) Direito de ser posta à disposição do Juiz, sem demora, e de ser julgada em um prazo razoável, ou ser posta em liberdade, sem prejuízo da continuidade do processo. (Art. 5º LV, LXII)
- c) Direito à libertação, pendente o processo, salvo nos casos em que a lei impõe prisão preventiva. (Art. 5º LXVI)
- d) Direito de impugnar judicialmente a legalidade da detenção. Trata-se do secular direito de habeas corpus, que é uma garantia constitucional específica para proteger o direito de ir, vir e ficar, assegurando a liberdade individual. (Art. 5º LXVIII)



TEMA: POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO
(art. 21 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e arts. 15 e 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente)

O Bem Comum: A Dinâmica dos Quadrados

Objetivo: Esta dinâmica visa levar o grupo a refletir concretamente acerca das atitudes básicas e necessárias para a busca do bem de toda a comunidade.

Elementos necessários:

- a) Elaborar previamente os quadrados, segundo os modelos indicados.
- b) Distribuir as diversas partes de cada um dos quadrados em envelopes de carta, com três partes diferentes, retiradas de três quadrados diferentes.
- c) Preparar várias mesas pequenas para facilitar a elaboração dos quadrados.

1º Momento

O coordenador convida quatro participantes a sentar-se em volta de cada uma das mesas. Recomenda-se seriedade e silêncio no desenvolvimento do trabalho; são indicados, dentre os demais participantes vários que atuarão como observadores, em torno de cada uma das mesas, para prestar conta de forma como serão armados os quadrados.

O coordenador fará estas recomendações

Para os que irão elaborar os quadrados:

- a) Não falar. Não fazer sinais de qualquer tipo uns aos outros. Não se apoderar das partes dos quadrados. Não pedir nenhuma parte do quadrado.
- b) Pode-se ceder alguma parte do quadrado. Pode-se desfazer o quadrado para ajudar outro participante.

- c) Os quadrados devem ser feitos todos com os três pedaços que os conformam.
d) Todos os quadrados serão iguais.

Para os observadores:

- a) Vão limitar-se à observação e a anotar em silêncio.
b) Não podem ajudar, nem sugerir, nem fazer sinais.
c) No plenário, prestarão contas das suas observações quanto às atitudes dos que elaborarão os quadrados, atitudes positivas ou negativas:

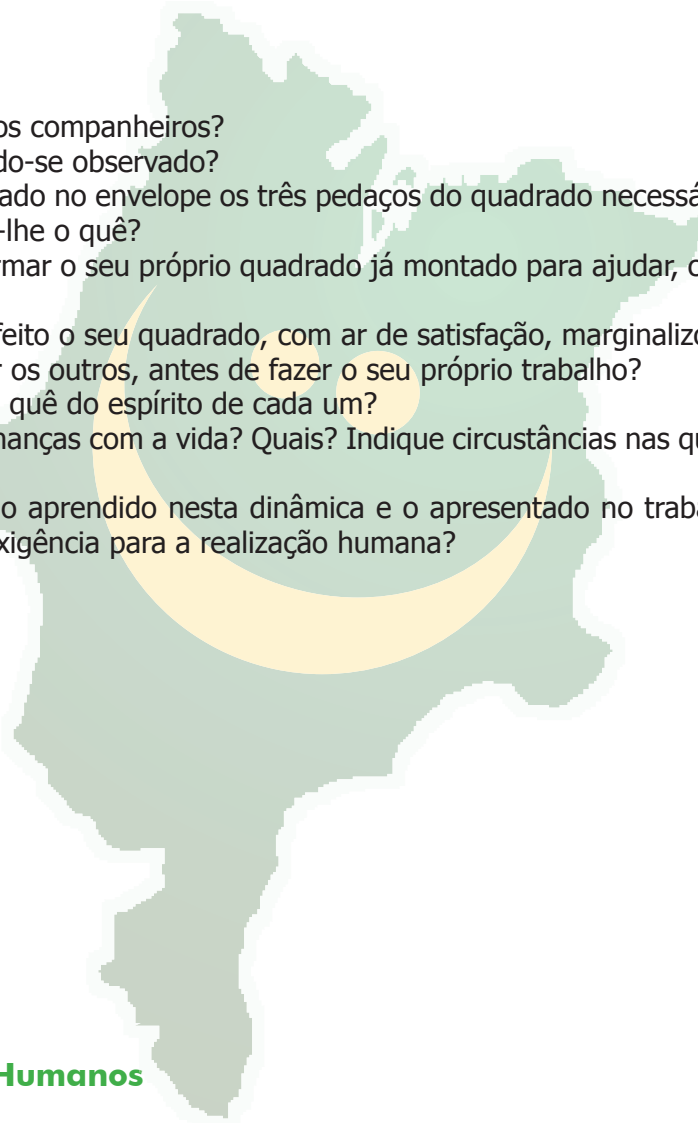
- participação no trabalho;
- espírito de iniciativa ou passividade;
- derrotismo ou colaboração com os companheiros;
- egoísmo ou altruísmo;
- nervosismo ou domínio pessoal.

O coordenador distribuirá os envelopes com os pedaços que conformam os quadrados; a um sinal que fizer, cada participante abrirá o seu envelope e iniciará a tarefa. Os que terminarem primeiro esperarão em silêncio que os outros companheiros terminem o trabalho.

2º Momento

É estabelecido um diálogo dirigido pelo coordenador, com perguntas do tipo:

- a) Como se sentiu durante a elaboração dos quadrados (nervoso, sereno, inquieto)? Por quê?
b) Quem encontrou no envelope os três pedaços exatos do quadrado?
c) Qual foi a maior dificuldade encontrada durante a dinâmica?
d) Como poderia ter sido mais fácil formar os quadrados?
e) O silêncio foi um obstáculo ou uma ajuda? Por quê?

- 
- f) Notou colaboração entre os companheiros?
 - g) Ficou incomodado sentindo-se observado?
 - h) O fato de não ter encontrado no envelope os três pedaços do quadrado necessários para formá-lo sem nenhuma dificuldade ensina-lhe o quê?
 - i) Alguém foi capaz de desarmar o seu próprio quadrado já montado para ajudar, com um dos seus pedaços, outro companheiro?
 - j) Alguém, depois de haver feito o seu quadrado, com ar de satisfação, marginalizou-se do trabalho?
 - l) Alguém pensou em ajudar os outros, antes de fazer o seu próprio trabalho?
 - m) Estas atitudes refletem o quê do espírito de cada um?
 - n) Esta dinâmica tem semelhanças com a vida? Quais? Indique circunstâncias nas quais estas semelhanças ocorrem.
 - o) Que relação vêem entre o aprendido nesta dinâmica e o apresentado no trabalho anterior, quanto à comunidade política como exigência para a realização humana?

TEMA: CIDADANIA

A CIDADANIA NOS PEQUENOS GESTOS⁴

Objetivo: Favorecer a reflexão sobre a responsabilidade social.

Material: papel ofício, lápis, papel pardo e cavalete.

Esta atividade permite ao adolescente dar-se conta de que a cidadania é exercida a partir de pequenos atos. Com essa consciência, torna-se possível relacionar vivências do dia-a-dia a situações mais amplas, de modo que o exercício da cidadania – campo dos direitos e deveres – não se restrinja a um discurso desvinculado da vida cotidiana.

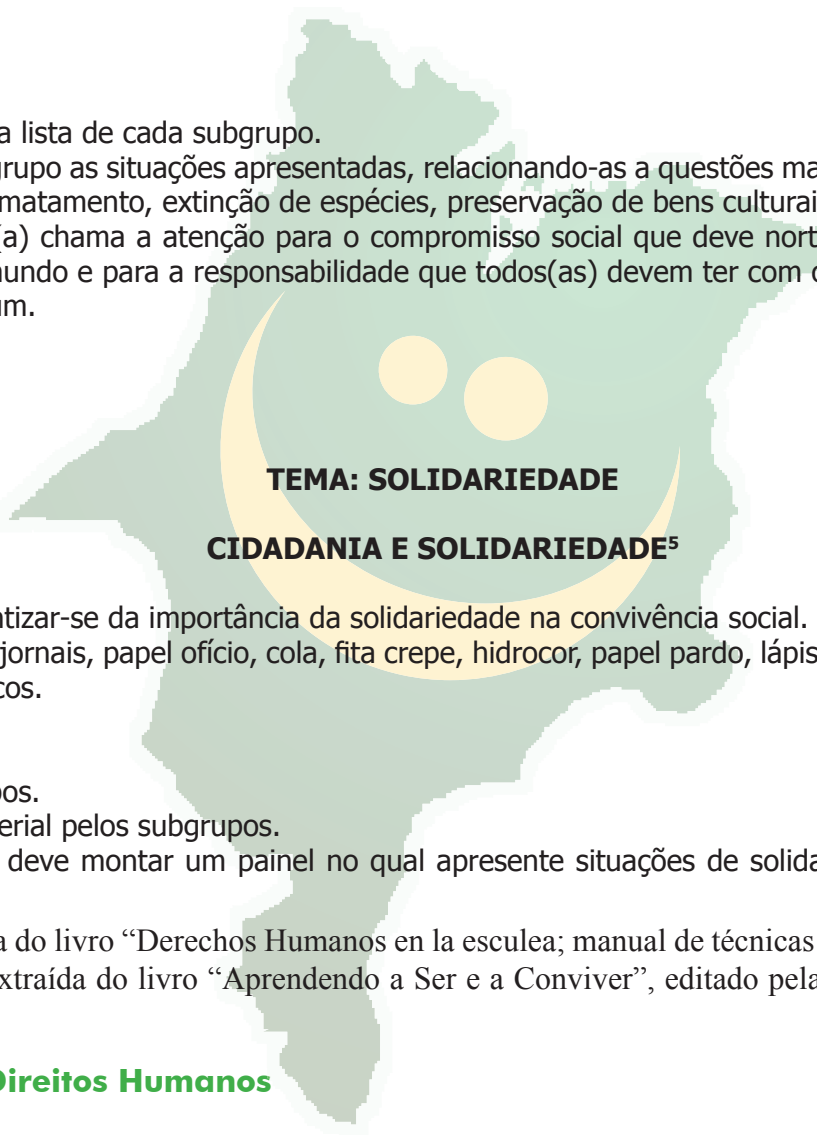
O(a) facilitador(a) deve programar atividades cuja execução diga respeito a ações no ambiente imediato do adolescente, de modo a permitir a percepção e a consciência de que ser cidadão(ã) se refere, principalmente, à participação e atuação de cada um no meio em que vive.

Desenvolvimento:

1. Grupo em círculo, sentado.
2. Distribuir folha de ofício e lápis para cada participante.
3. Solicitar aos participantes que listem, individualmente, situações vivenciadas na semana anterior em que o exercício da cidadania deixou de ser realizado. Exemplo: sujar o chão, danificar bens públicos, etc. Tempo.
4. Formar subgrupos para partilha das situações e construção de uma lista comum, contendo as ações consideradas mais importantes. Dar duas folhas de papel pardo para cada subgrupo.

⁴ Técnica construída pela Equipe de Educação do Serviço Social do Mosteiro de São Bento da Bahia e extraída do livro “Aprendendo a Ser e a Conviver”, editado pela FTD e Fundação Odebrecht.

5. Apresentação da lista de cada subgrupo.
6. Discutir com o grupo as situações apresentadas, relacionando-as a questões mais amplas como a poluição industrial, desmatamento, extinção de espécies, preservação de bens culturais, etc.
7. O(a) facilitador(a) chama a atenção para o compromisso social que deve nortear a relação dos seres humanos com o mundo e para a responsabilidade que todos(as) devem ter com o que é público e representa o bem comum.

A light green map of Brazil is centered on the page. Overlaid on the map is a large, stylized smiley face. The eyes are two yellow circles, and the mouth is a yellow crescent shape. The text 'TEMA: SOLIDARIEDADE' and 'CIDADANIA E SOLIDARIEDADE⁵' is centered over the smiley face.

TEMA: SOLIDARIEDADE
CIDADANIA E SOLIDARIEDADE⁵

Objetivo: Conscientizar-se da importância da solidariedade na convivência social.

Material: revistas, jornais, papel ofício, cola, fita crepe, hidrocor, papel pardo, lápis preto, borracha, tesoura e pincéis atômicos.

Desenvolvimento:

1. Formar subgrupos.
2. Distribuir o material pelos subgrupos.
3. Cada subgrupo deve montar um painel no qual apresente situações de solidariedade em oposição a

⁵ Técnica adaptada do livro “Derechos Humanos en la escuela; manual de técnicas participativas, de Marta Vera Antonelli e extraída do livro “Aprendendo a Ser e a Conviver”, editado pela FTD e Fundação Odebrecht.

situações individualistas, dando um título sugestivo ao trabalho.

4. Apresentação dos painéis, seguida de discussão sobre os pontos que mais chamarem a atenção do grupo.

5. Plenário – Discutir as questões:

- qual a importância da solidariedade na sociedade atual?
- que valores e atitudes são estimulados e referendados socialmente?
- de que iniciativa solidária você já participou?
- que pessoas são exemplo de solidariedade no bairro, na escola e na sociedade?

6. O(a) facilitador(a) ressalta para o grupo o valor da solidariedade para o enfrentamento de questões como a fome, o analfabetismo, as doenças, etc.

TEMA: DIREITOS HUMANOS⁶

Objetivo: Conhecer os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Material: Cópias da Declaração Universal dos Direitos Humanos, revistas, jornais, papel ofício, cola, fita crepe, hidrocor, papel pardo, lápis de cera, lápis preto, borracha, cola, tesoura e pincéis atômicos.

Desenvolvimento:

1. Formar dez subgrupos.
2. Entregar a cada subgrupo a cópia da Declaração Universal dos Direitos Humanos, solicitando que leiam

6 Técnica adaptada do livro “Derechos Humanos en la escuela; manual de técnicas participativas, de Marta Vera Antonelli e extraída do livro “Aprendendo a Ser e a Conviver”, editado pela FTD e Fundação Odebrecht. Esta atividade pode ser adaptada para, através dos mesmos procedimentos, explorar os Estatutos do Homem, de Thiago de Melo e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

e discutam três artigos definidos previamente pelo(a) facilitador(a).

3. Cada subgrupo deve elaborar um painel apresentando os princípios que lhe couberam, dando-lhes um título.

4. Apresentação de cada subgrupo.

5. Plenário – Discutir as questões:

- os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos são respeitados nos contextos dos quais você faz parte?

- o que é possível fazer para que estes princípios estejam garantidos?

6. O(a) facilitador(a) pode enfatizar a importância do conhecimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, chamando a atenção do compromisso de todos com ela.

TEMA: DIREITO À EDUCAÇÃO

ALUNO E ESCOLA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL⁷

Objetivo: Sensibilizar para a discussão do tema qualidade da educação e estimular o protagonismo juvenil na escola.

Material: caixa contendo cartões com as letras A e E em igual quantidade.

Desenvolvimento:

7. Grupo em círculo, sentado.

8. O(a) facilitador(a) passa pelo grupo uma caixinha com cartões, com as letras A e E, solicitando que cada participante retire para si um cartão.

9. Os participantes formam duas filas de acordo com a letra sorteada, Os que tiraram a letra A farão o

⁷ Técnica extraída do livro “Aprendendo a Ser e a Conviver”, editado pela FTD e Fundação Odebrecht.

papel de alunos(as) e os que retiraram a letra E, de escola. Colocar as filas sentadas frente a frente.

10. O(a) facilitador(a) pede que se concentrem, entrando no seu papel – sentir-se como escola, sentir-se como aluno(a).

11. O(a) facilitador(a) explica ao grupo que dará início a um diálogo sucessivo entre a escola e o(a) aluno(a). Neste diálogo os representantes da escola devem colocar o que pensam sobre o aluno e os representantes do aluno devem colocar o que pensam sobre a escola.

12. Iniciar o diálogo, alternando as falas: escola, aluno, escola, aluno e assim por diante.

13. Fazer o rodízio de papéis, de modo que todos respondam a ambas as questões.

14. Plenário - O(a) facilitador(a) discute com o grupo os seguintes pontos: que papel lhe foi mais difícil representar? Por quê? O que pôde concluir da atividade? De tudo, o que considera mais importante?

TEMA: DIREITO À EDUCAÇÃO

(art. 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente)

1º Momento

É hora de RECONHECER a própria experiência. Para isto, indica-se:

- Incentivar a audição da música Aquarela e sugerir ao grupo para acompanhar a letra, pensando nos momentos mais marcantes de sua experiência na escola.
- Pedir para cada participante relatar um fato da vida escolar que considere especialmente significativo.
- Fazer uma síntese, ressaltando os aspectos que você, coordenador, considera mais relevantes em relação ao tema a ser aprofundado, durante os demais momentos da oficina.

2º Momento: A educação hoje

Para a execução desta dinâmica é necessário que o coordenador monte um painel, contendo dados estatísticos artigos de jornal, fotos, etc. sobre o estado atual da educação no Brasil e em toda a América Latina.

3º Momento: O direito à educação

Nesta etapa, é momento de CONHECER as idéias de todos os grupos e APROFUNDAR a discussão. Assim, sugere-se:

- Estimular a apresentação em plenário das dramatizações planejadas.
- Em seguida, incentivar o diálogo a partir das questões apresentadas e fazer uma síntese final.
- Solicitar uma leitura coletiva de textos sobre a educação no Brasil atual.

4º Momento: O direito à educação: Nosso compromisso!

É hora de planejar a AÇÃO. Para isto propõe-se:

- Colocar um cartaz com o desenho de um tronco e as raízes de uma árvore em local visível.
- Distribuir entre os participantes pedaços de papel cortados em forma de folhas de árvore.
- Solicitar que cada pessoa preencha uma ou mais folhas, escrevendo o compromisso que gostaria de assumir, para que a educação melhore em nosso país.
- Depois, pedir que cada um leia, em voz alta, o(s) compromisso(s) que escreveu e coloque sua(s) folha(s) na árvore.
- Quando a árvore estiver montada, estimular o grupo a escolher um ou mais compromissos para serem assumidos em conjunto.

A light green map of Brazil is centered on the page. Overlaid on the map is a large, semi-transparent yellow sun with rays extending outwards.

TEMA: DIREITO À SAÚDE

(Art. 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos)

- A sala de aula pode ser decorada com cartazes nas paredes que contenham dados sobre a situação da saúde obtidos em pesquisa pelos próprios alunos.
- Visitas a unidades de saúde de bairros e conversa com os trabalhadores do local sobre os problemas que vivem e a organização e recursos com que tentam enfrentá-los.
- Recolher testemunhos de alguns professores que trabalham com crianças que sofrem de desnutrição. Que conseqüências há para a vida delas e para a aprendizagem escolar?
- Um dos fatores mais importantes que condicionam a saúde é o trabalho. Permanecemos no local de trabalho pelo menos um terço da nossa vida. Algum educador especializado em segurança do trabalho poderia ajudar o grupo a melhor apreender estes aspectos.
- O meio ambiente, o urbanismo, o planejamento urbano e outros fatores influem de maneira decisiva na nossa saúde. Pode-se realizar uma visita a um bairro, com certas pautas de observação previamente definidas, a fim de tentar descobrir todos os elementos que podem estar influenciando na saúde dos que moram ali.
- Estimular a discussão com base na pergunta: Como grupo, como podemos nos comprometer para mudar a realidade da saúde no nosso país? Solicitar que cada participante escreva, num papel em forma de curativo, o seu compromisso, para, em seguida, colar sobre o mapa da Brasil.



TEMA: DIREITO AO TRABALHO **(art. 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos)**

O objetivo dessa oficina é o contato dos alunos com diversas profissões, de maneira a reforçar o respeito em relação a pessoas cuja vivência é diferente da sua e de seus familiares. Assim, serão discutidos temas como a importância do trabalho na vida das pessoas e seus reflexos na sociedade.

Sugere-se a realização de uma atividade de campo, desenvolvendo-se temas relativos a diversas disciplinas, como Geografia (física e humana), Educação Artística, História, Português (em especial redação), dentre outras.

- Promover a visita a diversos locais de trabalho, como uma construção, uma empresa, uma pequena loja ou uma plantação.
- Nesse local, serão feitas, por duplas de estudantes, entrevistas com os trabalhadores. Os alunos conversarão com diversas pessoas, colhendo dados sobre a profissão de cada um, as condições de trabalho e a satisfação profissional. Essa conversa pode ser dirigida por um roteiro a ser elaborado pelo(a) professor(a).
- Os dados serão apresentados por cada grupo e analisados pela classe sob o enfoque de cada uma das disciplinas abordadas.
- Durante a visita, os estudantes registrarão suas impressões do local com desenhos de observação ou através de poemas, por exemplo.

TEMA: MULHER

(arts. 1 e 2 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e Declaração de Pequim)

1. Distribuir as seguintes instruções:

Escreva o primeiro nome que lhe vier à cabeça para cada um dos personagens deste relato:

“Reunida a comissão diretora (integrada por 5 membros) do Clube/Associação, a pessoa encarregada da presidência decide começar a sessão. A pessoa encarregada de redigir a ata informa a ordem do dia:

- a pessoa encarregada da tesouraria apresentará seu informe anual sobre o orçamento;
- será escolhida uma pessoa dentre duas que se apresentaram para encarregar-se das tarefas da cozinha;
- será escolhida uma pessoa dentre duas pessoas que se apresentaram para ficar encarregadas da preparação física da equipe esportiva.”

Quando tiverem terminado, o professor recolherá as folhas e fará um esquema no quadro para computar as respostas:

Personagens	Nomes masculinos		Nomes femininos	
	meninas	meninos	meninas	Meninos
Presidência				
Tesouraria				
Encarregado de Atas				
4º membro				
5º membro				
nº 1 cozinha				
nº 2 cozinha				
nº 1 preparação física				
nº 2 preparação física				

Perguntas para orientação:

- Que cargos ou ocupações vincularam majoritariamente a classe com o sexo feminino e quais com o masculino?
- Há diferença entre as respostas das meninas e dos meninos?
- Que lhes sugerem estes resultados?
- Têm alguma relação com o tema dos estereótipos sexuais?

TEMA: DISCRIMINAÇÃO RACIAL **(Arts. 1 e 2 da Declaração Universal dos Direitos Humanos)**

O objetivo é a sensibilização frente às reações discriminatórias existentes em nós mesmos e no nosso meio social.

O educador elaborará uma pequena pesquisa doméstica, junto ao próprio grupo, levando em consideração diversos aspectos. Por exemplo:

a) no âmbito do trabalho:

- Nas ofertas de emprego para atendimento ao público em estabelecimentos comerciais, pessoas de raças diferentes estão nas mesmas condições?

b) no mundo das comunicações:

- Como aparecem as pessoas negras nos anúncios comerciais e em novelas?

c) no âmbito político:

- Existem negros ocupando postos de representação em órgãos públicos, associações partidárias ou outras organizações sociais? Esse número é proporcional ao número de negros na sociedade brasileira?
- Aprofundando-se essa questão, seria essencial que os alunos procurassem saber quais as causas do preconceito existente. Poderia ser feita uma pesquisa sobre a história da população negra no Brasil. Em

especial, quais eram as condições dos escravos e, após a abolição da escravidão, qual foi a situação que viveram essas pessoas.

- Alguns livros didáticos de História do Brasil talvez se omitam quanto ao assunto, principalmente no período que sucede a abolição, sendo portanto interessantes entrevistas com estudiosos da temática e com militantes do movimento negro poderiam ser realizadas.

Depois de praticada a pesquisa, será escolhido um momento particular para refletir sobre os resultados e resumir as conclusões.

TEMA: LIBERDADE DE RELIGIÃO **(artigo 2 e 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos)**

Pessoas de diferentes origens, etnias e religiões influenciaram na evolução histórica de nosso país, contribuindo para a formação da cultura brasileira. Assim, percebe-se a existência de uma pluralidade cultural poucas vezes verificada em outros lugares do mundo.

A pluralidade cultural, extremamente benéfica e enriquecedora, pode tornar-se motivo de incompreensão, preconceito e, até mesmo, violência. Assim, faz-se necessária a construção de uma consciência de respeito e valorização daquilo que é diferente, o que deve começar desde cedo.

Nesse sentido, sugere-se o desenvolvimento de uma atividade sobre o tema “liberdade de religião”.

Os alunos poderiam dividir-se em grupos e visitar alguns religiosos de diferentes crenças. Entrevistariam essas pessoas, obtendo informações como;

- Por que existem religiões?
- Como essa religião entende o mundo, a relação entre os homens, a existência humana e a espiritualidade?
- Qual(is) é(são) seu(s) deuses e entes sagrados?
- Baseia-se em algum livro sagrado? Qual é a origem desse livro?

- Quais são as celebrações ou rituais que os adeptos dessa religião realizam?
- O aprofundamento do assunto poderá ser realizado através de uma pesquisa sobre a evolução histórica de algumas religiões no Brasil de hoje.

TEMA: DIREITOS DOS IDOSOS

O professor introduzirá o tema, perguntando aos alunos se acreditam que na sociedade contemporânea, em geral, e em sua própria comunidade, em particular, aconteçam atitudes de rejeição ou menosprezo às pessoas de idade avançada.

A partir desta primeira aproximação do tema, convidará os alunos para que realizem uma pequena investigação em seu ambiente direto a fim de reunir mais elementos de julgamento. Em pequenos grupos de dois ou três, os estudantes entrevistarão diferentes pessoas idosas de sua comunidade, começando pelos de sua própria família. Será importante que entrevistem idosos que vivem com membros de sua família e outros que vivem sozinhos.

Para não esquecer de nenhum grupo, se for possível um ou dois grupos de jovens visitarão um lar ou asilo de idosos para entrevistar alguns deles que aceitem colaborar com a investigação.

Perguntas para orientação (são somente uma sugestão):

- Alguma vez você sentiu algum tipo de rejeição ou menosprezo por parte de pessoas mais jovens?
- Se isso ocorreu, quando e como se manifestou essa atitude?
- Que opinião tem a respeito?



TEMA: DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (artigo 2 da Declaração Universal de Direitos Humanos)

Propõe-se nesta oficina uma auto-reflexão sobre a discriminação e dificuldades enfrentadas cotidianamente pelas pessoas portadoras de deficiência.

O professor sugerirá aos alunos que pensem silenciosamente em algo que faz parte do corpo, caráter ou da vida de cada um deles, e que os tornem de alguma maneira diferente dos demais, mas é por estes desconhecida. Outra possibilidade seria sugerir aos estudantes que se imaginem portadores de determinada deficiência.

Pedirá então que os alunos reflitam sobre:

- Você acha que deveria ser tratado diferentemente dos outros se seus amigos descobrissem que você é portador dessa característica?
- Como você se sentiria se as pessoas a sua volta passassem a tratá-lo preconceituosamente em razão dessa característica?
- Vejamos: nada mudaria em você depois que as pessoas descobrissem essa sua característica íntima. Você continuaria tendo os mesmos traços físicos e psicológicos que tinha antes, não é? Então, você acharia correto ser tratado diferentemente?
- Será que ocorre algo semelhante com as pessoas com deficiência? Você considera correta essa atitude?



TEMA: MEIO AMBIENTE

Essa oficina tem como objetivos:

- Discutir a relação do ser humano com o meio em que vive;
- Refletir sobre os atuais interesses dos países, grupos ecológicos e sociedade organizada, a respeito do problema ambiental;
- Analisar a importância da preservação ambiental, com base na realidade brasileira e em toda América Latina, no sentido de preservar primordialmente a vida;
- Apontar ações para contribuir, individualmente e em grupos, para a mudança de mentalidade e da realidade, enfatizando a importância da Educação Ambiental neste processo.

1º Momento: O planeta doente

Sugere-se montar um painel com fotos de revista e jornais previamente selecionadas, sobre situações de devastação ambiental e de violação da vida e pedir que cada participante escolha a foto que mais lhe tenha impactado para posterior apresentação em plenário.

2º Momento: O meio ambiente nos dias atuais

É hora de TROCAR IDÉIAS, para isto sugere-se:

- Estimular os participantes a apresentar, em plenário, os seus desenhos ou as fotos selecionadas, explicando o significado da escolha e incentivá-los a trocar idéias sobre o conteúdo do vídeo ou das fotos.
- Formar pequenos grupos e distribuir a cada um textos diferentes sobre o Meio Ambiente e a necessidade de sua preservação.
- Incentivar os grupos, com base na leitura, a discutirem as seguintes perguntas: Que relações podemos fazer entre a preservação do Meio Ambiente e o direito à vida? De que forma os seres humanos se

relacionam com o seu ambiente? Cite exemplo de diferentes tipos de relação. Como a sociedade tem se organizado a respeito da questão ambiental? O que significa falar sobre preservação do ambiente numa realidade social como a brasileira?

- Solicitar que cada grupo elabore uma síntese da discussão, registrando-a em papel pardo para depois apresentar ao plenário.

3º Momento: O direito a um meio ambiente saudável na nossa sociedade

Aqui, o momento é de APROFUNDAR a discussão, sugerindo-se assim:

- Incentivar cada grupo a apresentar os principais pontos abordados na síntese realizada na etapa anterior, abrindo, em seguida, para um novo debate mais amplo e rico de idéias.
- Para fechar este ciclo de debates, ler a Carta da Terra. O próprio coordenador ou qualquer outro participante pode fazer esta leitura.

4º Momento: Um meio ambiente saudável: Nosso compromisso!

É momento de firmar COMPROMISSOS. Pequenas ações, sugeridas pelo próprio coordenador, podem ter grandes efeitos. Veja alguns exemplos:

- privilegiar o uso de papel reciclado;
- promover coleta de lixo seletiva;
- promover o reaproveitamento do lixo;
- poupar energia elétrica;
- poupar consumo de água;
- plantar árvores;
- divulgar as idéias e a educação ambiental;
- buscar informação sobre os grupos que trabalham com a preservação ambiental e auxiliá-los nessa tarefa;

- respeitar todas as formas de vida do planeta, promovendo campanhas ou envolvendo-se nelas.

Assim sendo, é importante:

- a) Apresentar esta ou qualquer outra lista, contendo alternativas de ações concretas, visando à preservação do meio ambiente.
- b) Incentivar cada participante a escolher pelo menos uma ou duas das sugestões e afirmar perante o grupo o seu compromisso em realizá-las.

TEMA: DIVERSIDADE

1) A um grupo de 10 pessoas reunidas, propõe-se um problema hipotético, como o fato de que cairá em 20 minutos uma bomba atômica sobre a região em que estão. Como a possibilidade do ataque atômico já existia antes, existe um abrigo especial, mas que só acolhe doze pessoas. Além dos 10 participantes da dinâmica, que já têm lugar assegurado, propõe-se que escolham, em consenso, mais duas pessoas para levar, entre cinco que estão fora do abrigo: um idoso, uma negra, um idoso, uma freira e uma menina. Não há como levar mais de duas pessoas e quem ficar de fora estará com a sentença de morte decretada.

A discussão certamente pegará fogo, porque cada pessoa tem uma carga cultural, emocional, social, familiar, que a fará ter uma prioridade diferente da prioridade do vizinho. Alguns pensarão em deixar de fora o idoso (vai morrer, mesmo...) e levar a menina (porque ela tem ainda uma vida inteira pela frente). Mas e a freira?

LEGISLAÇÃO DE INTERESSE

DIREITOS	LEGISLAÇÃO
Direito à Liberdade	- Pacto dos Direitos Civis e Políticos: artigo nono. - Constituição Federal: artigo primeiro; artigo quinto; artigo 139; artigo 206.
Direito de Participação Política	- Pacto dos Direitos Civis e Políticos: artigo 25, a. - Constituição Federal: artigo 14, inciso I a III
Abuso de Autoridade	- Código Penal: lei 4898/1965
Direitos dos Presos	- Pacto dos direitos civis e políticos: artigo 10; Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica: artigo 5, itens 2,3,6; artigo 7, itens 4, 5, 6. - Constituição Federal: artigo 5, inciso XLIX -LXVIII
Contra a Tortura	- Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos Degradantes, adotada pela resolução 39/46 da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10/12/1984, sendo ratificada pelo Brasil em 28/09/1989. - Pacto dos Direitos Civis e Políticos: artigo 7. - Constituição Federal, artigo 1º, inciso V; - Lei 9.455/97.
Direito à Terra	- Pacto dos direitos econômicos, sociais e culturais: artigo 11, seção 2 (a) - Constituição Federal: artigos 184-189; artigo 191; - Estatuto da Terra: Lei 4504/64; Lei complementar 76/93; Lei complementar 88/96)
Direito à Moradia	- Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais: artigo 11 - Constituição Federal: artigo 23, inciso IX
Direito ao Trabalho e à Profissionalização	- Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais: artigo sétimo - Constituição Federal: artigo sétimo - Consolidação das Leis do Trabalho: aprovada pelo Decreto - Lei n 5452 /1943

DIREITOS	LEGISLAÇÃO
Direito à Saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, promulgado pelo decreto legislativo 226 de 12.12.91: artigo 12; - Constituição Federal: artigo 6º; artigo 7º, inciso XXII; artigo 23, inciso II; artigo 24, inciso XII; artigo 30, inciso VII; artigo 194; artigos 196 a 200; artigo 212, § 4º; artigo 227, § 1º, inciso I; - Lei 8080/90;
Direitos da Criança e do Adolescente	<ul style="list-style-type: none"> - Convenção sobre os Direitos da Criança, promulgada pelo Decreto 99.710 de 21.11.90. - Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90). - Constituição Federal: artigo 227.
Direitos da Mulher	<ul style="list-style-type: none"> - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, promulgada pelo decreto 89.460, de 20.03.84. - Constituição Federal: artigo 5º, incisos I e L; artigo 7º, inciso XVIII, XX e XXX; artigo 226, § 5º. - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): artigo 5º; artigos 372 a 401.
Direitos do Idoso	<ul style="list-style-type: none"> - Constituição Federal: artigos 229 e 230. - Lei 8842/94, que dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. - Lei 8742/93, que dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências: artigo 2º, incisos I e V; artigo 20.
Direito ao Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> - Constituição Federal: artigo 225; - Lei 9605/98; - Lei 6938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.

Direitos do Consumidor	<ul style="list-style-type: none"> - Constituição Federal: artigo 5º, inciso XXXII; artigo 24; inciso VIII; artigo 150, § 5º; artigo 155, inciso VII; artigo 170, inciso V. - Lei 8078/90.
DIREITOS	LEGISLAÇÃO
Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência	<ul style="list-style-type: none"> - Convenção sobre os Direitos da Criança, promulgada pelo decreto 099710 de 21.11.90: artigo 23. - Constituição Federal: artigo 7º, inciso XXI; artigo 203, incisos IV e V; artigo 227, § 1º, inciso II; artigo 244; artigo 23, inciso II; - Lei 7853/89, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do ministério público, define crimes e dá outras providências; - Lei 8899/94, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual; - Lei 8112/90: artigo 98, § 2º e 3º; - Lei 8069/90: artigo 66.
Preconceito, Racismo e Discriminação Social	<ul style="list-style-type: none"> - Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, promulgada pelo Decreto 23 de 21.06.67; - Constituição Federal: artigo 3º, inciso IV; artigo 4º, inciso VIII; artigo 5º, inciso XLII. - Lei 7716/89, com alterações dadas pela lei 9459/97.



SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Educação em Direitos Humanos

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Educar para os Direitos Humanos**, in Revista de Educação AEC, Brasília, nº 77, out-dez/1990, p. 5-8.

CABRINI, Conceição e outros. **O ensino de história. Revisão urgente**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

CANDAU, Vera e outros. **Oficinas pedagógicas de Direitos Humanos**. Petrópolis, Vozes, 1995.

CANDAU, Vera Maria; SACAIVINO, Susana Beatriz; MARANDINO, Martha e MACIEL, Andréa Gasparini. **Tecendo a cidadania. Oficinas pedagógicas de direitos humanos**. Petrópolis, Vozes, 1996.

CANDIDO, Antonio. **Na sala de aula**. Cadernos de análise literária. São Paulo, Ática, 1985.

CECCON, C. **A vida na escola e escola da vida**. Petrópolis, Vozes/EDAC, 3ª ed., 1982.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia. O discurso competente e outras falas**. São Paulo, Moderna, 1981.

DEMO, P. **Desafios modernos da educação**. Petrópolis, Vozes, 1995.

FRANCHI, Eglê. **E as crianças eram difíceis. A redação na escola**. São Paulo, Martins Fontes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.

_____. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo; Frei BETTO; KOTSCHO, Ricardo. **Essa escola chamada vida**. São Paulo, Ática, 6ª ed., 1988.

KORCZAK, Janusz. **Quando eu voltar a ser criança**. São Paulo, Summus Editorial, 1982.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, MEC/SEF, 1997.

NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas Dairó. **As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos**. São Paulo, Cortez e Mônaco Editores, 1979.

NIDELCOFF, M. T. - **Uma escola para o povo**. SP. Brasiliense, 1978

NOGUEIRA, M. L. - **Todos pela educação no município: um desafio para cidadãos**. Brasília. UNICEP/CECIP, 1993

PONTUSCHKA, N. N. (org.) - **Ousadia no diálogo: interdisciplinaridade na escola pública**. SP. Loyola, 1993

ROUANET, Sérgio Paulo. **As Razões do Iluminismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

SEÇÃO BRASILEIRA DA ANISTIA INTERNACIONAL. **Educando para a Cidadania: os Direitos Humanos no currículo escolar**. CAPEC, Porto Alegre, Pallotti, 1992.

SOUZA, H. de e RODRIGUES, C. - **Ética e cidadania**. SP, Moderna, 194.

TOMELIN, Victor. **Pedagogia do silêncio. O tamanho do medo.** Universidade Regional de Blumenau, 1992.

Cidadania e Direitos Humanos

ALVES, J. A. Lindgren. **Os Direitos Humanos como tema global.** SP, Perspectiva/ FUNAG, 1994

ARENDRT, Hannah. **A condição humana.** RJ, Forense Universitária, 1989.

_____. **As origens do totalitarismo.** RJ, Documentário, 1979.

ARNS, D. Paulo Evaristo e outros. **Direitos Humanos. Um desafio à comunicação.** Organização de Ismar Soares, Joana Puntel e Reinaldo Fleuri. SP, Paulinas, 1983.

BARBOSA, Marco Antônio Rodrigues e outros. **Direitos humanos - um debate necessário.** SP, Brasiliense. Instituto Interamericano de Direitos Humanos. vol. I, 1988/ vol. II, 1989

BENEVIDES, Maria Victória. **Violência, povo e polícia (Violência urbana no noticiário da imprensa).** SP, Brasiliense/ CEDEC, 1986

BENEVIDES, Maria Victória. **A Cidadania ativa.** Ática, 1991

BICUDO, H. P. **Direitos civis no Brasil: existem?** SP, Brasiliense, 1985

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** RJ, Campus, 1992

BOFF, Leonardo e outros. **Direitos Humanos. Direito dos Pobres.** São Paulo, Vozes, 1991.

BRANT, V. C. (Coord). **São Paulo: trabalhar e viver.** SP, Comissão Justiça e Paz/ Brasiliense, 1989

BUARQUE, C. **O que é apatidão: o apartheid social no Brasil.** SP, Brasiliense, 1993

CARDIA, Nanci. **Direitos Humanos: ausência de cidadania e exclusão moral.** Col. Princípios de Justiça e Paz, CJP, SP

COMPARATO, Fábio Konder. **Para viver a democracia.** SP, Brasiliense, 1989

COSTA, Cândida et al. **Diagnóstico dos Direitos Humanos no Brasil (vol. II)** São Paulo: CERIS, 2006.

COVRE, M. de L. M. **A cidadania que não temos.** SP, Brasiliense, 1986

_____. **O que é cidadania?** . SP, Brasiliense, 1991

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que são direitos da pessoa?.** SP, Brasiliense. 1982

_____. **O renascer do direito.** SP, Bushatsky, 1970

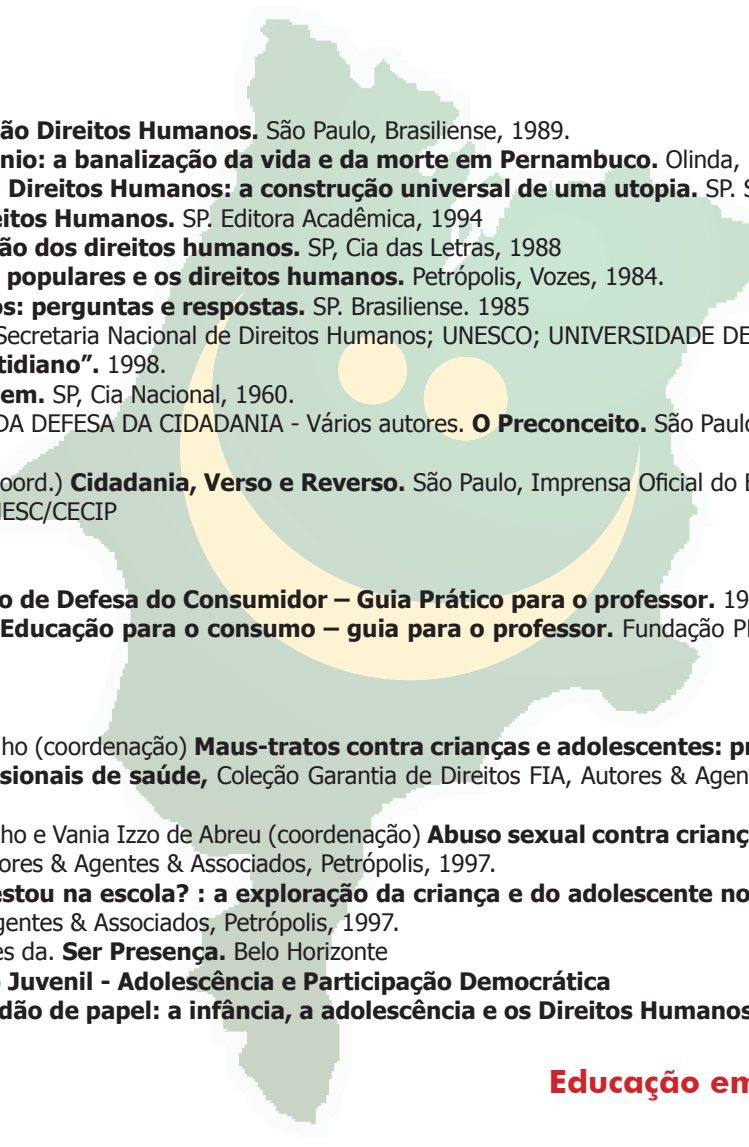
_____. **Viver em sociedade.** SP, Moderna, 1985

D'ANGELIS, W. R. **Direitos Humanos: a luta pela justiça.** RJ, Comissão Brasileira Justiça e Paz. 1989

DIMENSTEIN, Gilberto e PINHEIRO, Paulo S. **A democracia em pedaços: Direitos Humanos no Brasil.** SP, Cia das Letras, 1996

Direitos Humanos: um novo caminho. Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana/ Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo. SP, IMESP, 1994

Direitos Humanos no Brasil. Universidade de São Paulo, Núcleo de Estudos da Violência/ Comissão Teotônio Vilela, edição final: Túlio Khan, 1993 / 1995



DORNELLES, J.R.W. **O que são Direitos Humanos**. São Paulo, Brasiliense, 1989.
GAJOP. **Grupos de Extermínio: a banalização da vida e da morte em Pernambuco**. Olinda, 1991.
HERKENHOFF, João Baptista. **Direitos Humanos: a construção universal de uma utopia**. SP. Santuário, 1997
_____. **Curso de Direitos Humanos**. SP. Editora Acadêmica, 1994
LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**. SP, Cia das Letras, 1988
LEBAUSPIN, Ivo. **As classes populares e os direitos humanos**. Petrópolis, Vozes, 1984.
LEVIN, L. **Direitos Humanos: perguntas e respostas**. SP. Brasiliense. 1985
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – Secretaria Nacional de Direitos Humanos; UNESCO; UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Manual “Direitos Humanos no Cotidiano”**. 1998.
SADER, J. **Direitos do Homem**. SP, Cia Nacional, 1960.
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA - Vários autores. **O Preconceito**. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado (IMESP), 1996-1997.
_____- Julio Lerner (coord.) **Cidadania, Verso e Reverso**. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado (IMESP), 1997/1998.
Seu direito está em jogo - INESC/CECIP

Consumidor

FUNDAÇÃO PROCON. **Código de Defesa do Consumidor – Guia Prático para o professor**. 1998. 1ª edição. São Paulo.
THOMAZELLI, Maria Cecília. **Educação para o consumo – guia para o professor**. Fundação PROCON. São Paulo. 1998. 1ª edição

Criança e Adolescente

ABRÁPIA / Lauro Monteiro Filho (coordenação) **Maus-tratos contra crianças e adolescentes: proteção e prevenção: guia de orientação para profissionais de saúde**, Coleção Garantia de Direitos FIA, Autores & Agentes & Associados, Petrópolis, 1997.
ABRÁPIA / Lauro Monteiro Filho e Vania Izzo de Abreu (coordenação) **Abuso sexual contra crianças e adolescentes**, Coleção Garantia de Direitos FIA, Autores & Agentes & Associados, Petrópolis, 1997.
ABRÁPIA **Por que eu não estou na escola? : a exploração da criança e do adolescente no trabalho**, Coleção Garantia de Direitos FIA, Autores & Agentes & Associados, Petrópolis, 1997.
COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Ser Presença**. Belo Horizonte

Protagonismo Juvenil - Adolescência e Participação Democrática

DIMENSTEIN, Gilberto. **Cidadão de papel: a infância, a adolescência e os Direitos Humanos no Brasil**. SP. Ática, 1993

Homossexuais

COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício**. Relume Dumará
FRY, PETER & EDWARD. **O que é homossexualidade**, Coleção Primeiros Passos, Ed. Brasiliense.
MANTEGA, Guido (coordenador). **Sexo e Poder**. SP, Brasiliense, 1979.
ORAISON, Marc. **A questão homossexual**. RJ, Nova fronteira, 1977.

Idosos

BARRETO, M. L. **Admirável mundo velho - velhice, fantasia e realidade social**. SP, Ática, 1992
JORDÃO NETTO, A. **Gerontologia Básica**. SP, Lemos Editorial, 1997
MORAGAS, R. M. **Gerontologia social: envelhecimento e qualidade de vida**. SP, Paulinas, 1997
RIBEIRO, A. **Quebrando os tabus da velhice**. SP, Engrasa 1995.
VERAS, R. P org. **Um envelhecimento digno para o cidadão do futuro**, RJ, Relume- Dumará, 1995

Índios

D'ANGELIS, Wilmar e VEIGA, Juracilde (org). **Leitura e escrita em escolas indígenas**. ALB (UNICAMP) - Mercado das Letras, 1997.
GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org). **Índios no Brasil**. SP, SMC- MARI, 1992.
MÜLLER, Sálvio A. **Opresão e depredação**. Blumenau, FURB, 1987.
RIBEIRO, Berta. **O índio na história do Brasil**. SP, Global Ed., 1983 (Coleção História Popular, nº 13)
SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (orgs). **A temática indígena na escola. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. MEC-MARI-UNESCO, 1995.

Meio Ambiente

FELDMANN, Fábio (Organizador). **Guia da Ecologia**, Ed. Abril, 1992.
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Coleção Entendendo o Meio Ambiente**, 1997.
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Do Rio às Ruas, A Inserção da Agenda 21 no Cotidiano Paulista**, 1997..
THE GLOBAL TOMORROW COALITION. **O que você fazer a respeito da crise do meio ambiente**, Ed. Augustus, 1996

Moradia

BONDUKI, Nabil. **Habitação e Autogestão: construindo territórios da utopia**. São Paulo, FASE, 1992.

CDDH. **Vamos defender nossos direitos.** Petrópolis, Vozes, 1983.
LOPES, José Reinaldo de Lima. **Cidadania e Propriedade: perspectiva histórica do direito à moradia,** in Revista de Direito Alternativo, São Paulo, Ed. Acadêmica, n. 2, 1993.
PALUMBO, Adriana P. e outros (org.). **Direito à Moradia.** São Paulo, Paulinas, 1992.

Mulheres

ALVES, B. **O que é feminismo?** .Editora Brasiliense. Coleção Primeiros Passos. 8ª edição. 1991. São Paulo.
CFEMEA. **Guia dos Direitos da Mulher.** Record: Rosa dos Tempos, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1996.
CLADEM – Brasil. **Mulheres: Vigeadas e Castigadas.** São Paulo, KMK Gráfica e Editora Ltda, 1995.
CRISTIANE, Oliver. **Os filhos de Jocasta.** SP, LPM, 1986.
COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI.(org.). **Uma questão de gênero.** Diversos autores. Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.
GEBARA, Yvone. **As incômodas filhas de Eva na Igreja da América Latina.** SP, Paulinas, 1989. (Gebara e seus livros são fundamentais)
GEBARA, Yvone e outros. **Mãe de Deus, mãe dos pobres. Um ensaio a partir da mulher e da América Latina.** Petrópolis, Vozes, 1987.
MURARO, Rosemarie. **Sexualidade da mulher brasileira.** Petrópolis, Vozes, 1983.
PALARIS, José Cárdenas. **Ternura de Deus, ternura de Mulher.** SP, Paulinas, 1992
PINTO, Maria da Conceição Corrêa. **A dimensão política da mulher.** SP, Paulinas, 1992 (livro fundamental)
ROLIM, Lyz Cintra. **Semeadoras da esperança.** SP, Loyola, 1998 (livro fundamental)
TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil.** SP, Editora Brasiliense, Coleção Tudo é História, 1993.
VÁRIOS AUTORES. **A mulher na história da Igreja na América Latina.** SP, Paulinas, 1985.
VÁRIOS AUTORES. **Para as mulheres em mundos masculinos.** Revista Concilium nº 151. Petrópolis, Vozes, 1984
VÁRIOS AUTORES. **Mulher & Educação.** Revista Projeto História 11. PUCSP, 1994.

População Negra

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia.** 2 ed., São Paulo, Ciências Humanas, 1982.
_____. **Da Monarquia à República Momentos Decisivos.** 2 ed. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.
FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala.** 20ª ed. Rio de Janeiro/Brasília, INL – MEC, 1980.
FERNANDES, Florestan. **A integração do Negro na sociedade de Classes.** São Pau, Ática, 1978.

_____ **O Negro no Mundo dos Brancos.** São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1972.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**, 12ª ed. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1974.

GONZALES, Léilia & HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro.** Rio de Janeiro, Marco Zero, 1982.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades Sociais no Brasil.** Rio de Janeiro, Graal, 1979.

IANNI, Otávio. **Escravidão e Racismo.** São Paulo, Hucitec, 1978.

IANNI, Otávio. **Raças e Classes Sociais no Brasil.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala.** 3ª ed. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.

_____ **O Negro, de Bom Escravo a Mau Cidadão?** Rio de Janeiro, Conquista, 1977.

MUNANGA, Kabengel (org.). **Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial.** São Paulo, EDUSP: Estação Ciência, 1996.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é Racismo?** Editora Brasiliense. Coleção Primeiros Passos. São Paulo 15ª edição. 1998

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Retrato em Branco e Negro.** Jornais, Escravos e Cidadãos em São Paulo no final do Século XIX. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA. **Quilombos em São Paulo** - Tradições, direitos e lutas. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado (IMESP), 1998.

SILVA, Ana Célia da. **Discriminação do negro no livro didático.** Salvador. CEAO, CED, 1995.

População de Rua

ROSA, Cleisa Moreno Maffei (organizadora). **População de Rua.** Editora Hucitec. São Paulo. 1995

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; Bezerra, Eneida Maria Ramos; Rosa, Cleisa Moreno Maffei (organizadoras). **População de Rua: quem é, como vive e como é vista**

Participação

AMMAN, Zafira Bezerra. **Participação Social.** São Paulo, Cortez, 1982.

BORDENAVE, Juan. **O Que é Participação?** São Paulo, Brasiliense, 1983.

_____ **Educar para uma sociedade participativa,** in Revista de Educação AEC, nº 59, Brasília, 1986.

BUFFA, Ester, ARROYO, Miguel e NOSELLA, Paulo. **Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?** São Paulo, Cortez, 1988.

CRUZ, Carlos Henrique Carrillo. **A opção por um projeto educativo participativo, condição de recreação ética,** in Revista de Educação AEC, nº 86, Brasília, 1993.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Como não ser enganado nas eleições.** São Paulo, Editora Ática, 1994.

NUNES, Clarice. **Escola e Cidadania: aprendizado e reflexão.** Bahia, OEA-UFBA-EGBA, 1989.
WEFFORT, Francisco. **Qual Democracia?** São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

Pessoas Portadoras de Deficiência

BRYAN, Jenny. **Conversando sobre deficiência.** São Paulo, Moderna, 1997.
PAIVA, Marcelo Rubens. **Feliz Ano Velho!** São Paulo, Mandarim, 1996.
PECCI, João Carlos. **Minha Profissão é Andar.** São Paulo, Summuns, 1980.
RIBAS, João Baptista Cintra. **As Pessoas Portadoras de Deficiência na Sociedade Brasileira.** Brasília: Ministério da Justiça/ CORDE, 1997.(distribuição gratuita- Telefone da CORDE: (061) 226.77.15)

Reforma Agrária

ARNS, D. Paulo Evaristo. **Reforma agrária e justiça social.** Revista de Cultura Vozes nº 3, ano 90, volume 90, maio/junho de 1996, p.7
VEIGA, José Eli - **O que é Reforma Agrária.** São Paulo. Editora Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 1998.

Saúde

BARONE, Antônio A. **AIDS: O Inimigo Avança.** São Paulo, Ática, 1994.
DALLARI, Sueli G. **A Saúde do Brasileiro.** São Paulo, Moderna, 1994
RODRIGUES, Rosicler M. **Vida e Saúde.** São Paulo, Moderna, 1994.
SOUZA, Herbert de. **A cura da Aids.** RJ, Relume Dumará, 1994.
TIBA, Içami. **Respostas sobre Drogas.** São Paulo, Scipione, 1994.

Sistema Prisional

MONES, Carlos R. **A prisão - Os homens que a lotam.** SP, Paulinas, 1997
PAIXÃO, Antônio Luiz. **Recuperar ou punir? - Como o Estado trata o crime.** São Paulo, Cortez, 1987.

Violência

ARENDRT, Hannah. **Sobre a violência.** RJ, Relume Dumará, 1994.
FISHER, Rosa Maria. **O direito da população à segurança.** Petrópolis. Vozes, 1985.
ZALUAR, Alba. **Da Revolta ao Crime** S. A. - São Paulo. Moderna, 1996.

